



# **SENADO FEDERAL**

## **COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA**

### **PAUTA DA 8ª REUNIÃO**

**(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)**

**03/05/2017  
QUARTA-FEIRA  
às 09 horas**

**Presidente: Senador Ivo Cassol  
Vice-Presidente: Senador Valdir Raupp**



**Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**

**8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA  
DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 03/05/2017.**

**8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA**

***Quarta-feira, às 09 horas***

## **SUMÁRIO**

<b>FINALIDADE</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>Debater os possíveis efeitos no agronegócio brasileiro do recolhimento, por parte do empregador rural pessoa física, de contribuição para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL).</b>	<b>6</b>

## COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp

(17 titulares e 17 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
		<b>PMDB</b>	
Waldemir Moka(6)	MS (61) 3303-6767 / 6768	1 Rose de Freitas(6)	ES (61) 3303-1156 e 1158
Elmano Férrer(6)	PI (61) 3303-1015/1115/1215/2415/3055/3056/4847	2 Romero Jucá(6)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
Valdir Raupp(6)	RO (61) 3303-2252/2253	3 VAGO	
Dário Berger(6)	SC (61) 3303-5947 a 5951	4 VAGO	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)</b>			
Fátima Bezerra(PT)(1)	RN (61) 3303-1777 / 1884 / 1778 / 1682	1 Ângela Portela(PDT)(1)	RR
Paulo Rocha(PT)(1)	PA (61) 3303-3800	2 Gleisi Hoffmann(PT)(1)	PR (61) 3303-6271
Regina Sousa(PT)(1)	PI (61) 3303-9049 e 9050	3 Humberto Costa(PT)(1)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Acir Gurgacz(PDT)(1)	RO (61) 3303-3131/3132	4 Paulo Paim(PT)(1)	RS (61) 3303-5227/5232
<b>Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)</b>			
Dalirio Beber(PSDB)(4)	SC (61) 3303-6446	1 Flexa Ribeiro(PSDB)(4)	PA (61) 3303-2342
Eduardo Amorim(PSDB)(4)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211	2 Davi Alcolumbre(DEM)(7)	AP (61) 3303-6717, 6720 e 6722
Ronaldo Caiado(DEM)(7)	GO (61) 3303-6439 e 6440	3 VAGO	
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)</b>			
Lasier Martins(PSD)(3)	RS (61) 3303-2323	1 José Medeiros(PSD)(3)	MT (61) 3303-1146/1148
Ivo Cassol(PP)(3)	RO (61) 3303.6328 / 6329	2 Ana Amélia(PP)(3)	RS (61) 3303 6083
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)</b>			
Lúcia Vânia(PSB)(2)	GO (61) 3303-2035/2844	1 VAGO	
VAGO(2)(9)		2 VAGO	
<b>Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)</b>			
Wellington Fagundes(PR)(5)	MT (61) 3303-6213 a 6219	1 Telmário Mota(PTB)(5)(10)(11)	RR (61) 3303-6315
Cidinho Santos(PR)(5)	MT 3303-6170/3303-6167	2 Pedro Chaves(PSC)(5)	MS

- (1) Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº011/2017-GLBPRD).
- (2) Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº018/2017-BLSDEM).
- (3) Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº028/2017-BLDPRO).
- (4) Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
- (5) Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- (6) Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
- (7) Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- (8) Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
- (9) Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
- (10) Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- (11) Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUARTAS-FEIRAS 14:00 HORAS  
 SECRETÁRIO(A): MARCELLO VARELLA  
 TELEFONE-SECRETARIA: 3303 3506  
 FAX: 3303 1017

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:  
 E-MAIL: cra@senado.gov.br



SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA  
55ª LEGISLATURA**

**Em 3 de maio de 2017  
(quarta-feira)  
às 09h**

**PAUTA**  
8ª Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**

	Audiência Pública Interativa
<b>Local</b>	Auditório Petrônio Portela

Inclusão Observação

## Audiência Pública Interativa

### Assunto / Finalidade:

Debater os possíveis efeitos no agronegócio brasileiro do recolhimento, por parte do empregador rural pessoa física, de contribuição para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL).

### Observações:

A Audiência Pública contará com a participação da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados.

### Requerimentos de realização de audiência:

- [RRA 8/2017](#), Senador Ivo Cassol
- [RRA 9/2017](#), Senador Ronaldo Caiado e outros

### Convidados:

#### **Sr. Henrique de Campos Meirelles**

- Ministro de Estado da Fazenda (MF)

#### **Sr. Ilan Goldfajn**

- Presidente do Banco Central do Brasil (BACEN)

#### **Sr. José Ricardo Ramos Roseno**

- Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD)

#### **Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)**

#### **Representante da Associação dos Produtores de Soja do Brasil (APROSOJA BRASIL)**

#### **Representante da Associação Nacional da Pecuária Intensiva (ASSOCON)**

#### **Representante da Associação Brasileira de Frigoríficos (ABRAFRIGO)**

#### **Sr. Márcio Lopes de Freitas**

- Presidente da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB)

#### **Sr. Alberto Ercílio Broch**

- Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG)

1

Minuta

REQUERIMENTO Nº 8 , de 2017

Aprovado,  
em 12/4/2017  
[assinatura]

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para “*debater os possíveis efeitos no agronegócio brasileiro do recolhimento, por parte do empregador rural pessoa física, de contribuição para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL)*”, com a presença dos seguintes convidados:

03/5

- Representante da Associação dos Produtores de Soja – Aprosoja Brasil;
- Representante da Associação Nacional da Pecuária Intensiva (ASSOCON);
- Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);
- Representante da Associação Brasileira de Frigoríficos (ABRAFRIGO); e
- Representante da Federação da Agricultura de Goiás (FAEG).

## JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou constitucional a cobrança do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). A referida decisão pode apresentar consequências ainda não

dimensionadas ao agronegócio, um dos setores mais importantes para o Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB).

Como a decisão do STF estabelece que as dívidas do Funrural sejam pagas retroativamente, os prejuízos ao setor primário de nossa economia podem ser ainda mais graves. Em entrevista, nos últimos dias, o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Blairo Maggi, estima que até um quarto do faturamento da safra atual possa ficar comprometido, caso ocorra a cobrança retroativa.

Diante dessa realidade, entendemos ser pertinente a realização de audiência pública nesta Comissão para avaliar possíveis efeitos no agronegócio brasileiro oriundos desse eventual recolhimento, por parte do empregador rural pessoa física. Pelo exposto, conclamamos os nobres pares a aprovarem esse requerimento.

Sala da Comissão, 12 de Abril de 2017.

Senador IVO CASSOL







**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

*Assinado,  
em 12/4/2017*

**REQUERIMENTO Nº 9 DE 2017 - CRA**



SF/17708.76368-90

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, no dia 04 de maio do corrente ano.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Secretário da Previdência Social;
2. Secretário do Tesouro Nacional;
3. Ricardo Roseno, Secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário;
4. Ministro da Fazenda, com sua Secretaria de Política Econômica;
5. Banco Central do Brasil e a diretoria de Crédito Rural;
6. CNA e suas federações;
7. Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB;
8. Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais - CONTAG.

*Ronaldo Caiado*

Página: 1/4 11/04/2017 19:07:29

eeb5ecbc46bf7c0befd8df7c554632297f9b74





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

## JUSTIFICAÇÃO

Em decorrência da recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que declarou constitucional a incidência da contribuição sobre a comercialização da produção pelos empregadores rurais, retomou-se a discussão acerca da justiça da tributação diferenciada. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), deve impor uma dívida bilionária a produtores rurais do Brasil. No julgamento de 30 de março, os ministros avaliaram um recurso da União contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), que afastou a incidência da contribuição.

O Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural foi instituído no artigo 25 da lei que define as fontes de custeio da Previdência Social (lei 8.212/91). Desde então, foram publicadas várias normas de contribuição. Uma destas, a Emenda Constitucional (EC) 20/1998, fixou as alíquotas e bases de cálculo. Outra, de 2001 (lei 10.256/01), modificou o artigo 25 da lei de custeio.

O processo no Supremo discutia se a cobrança era constitucional conforme a redação de 2001, que aproveitou itens da Emenda de 1998. A Emenda já previa a cobrança (sobre o faturamento) e essa lei (10.256/01) só regulou.

O acórdão do STF derruba a liminar do TRF-4 e libera o governo a ir atrás dos contribuintes. O cálculo da dívida deve retroagir seis anos. Dependendo de quem faz as contas, o total a ser arrecadado para os cofres públicos é estimado entre R\$ 7 bilhões e R\$ 10 bilhões.

A Federação da Agricultura de Goiás (Faeg) diz que a decisão é contrária aos interesses do segmento e causa insegurança jurídica, na medida que fere a isonomia dos critérios de tributação e contesta julgados anteriores.



SF/17708:76368-90

Página: 2/4 11/04/2017 19:07:29

eeb5ecbc46bf7c0befd8df7c554632297f9b74





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

A Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo) emitiu nota informando que ainda há outras pendências jurídicas que podem alterar a medida adotada pelo STF. Na avaliação da Abrafrigo “a decisão foi política, em face das dificuldades financeiras pelas quais passa o país”, lembrando que existem 14,5 mil processos suspensos, aguardando o julgamento finalizado ontem.

A Aprosoja Brasil, que representa os produtores de soja, diz que lamenta a decisão do STF. Marcos da Rosa, presidente da entidade, argumenta que a medida não vai resolver o problema de caixa do governo, que é deficitário. Ele lembra que as cotações das commodities estão em baixa no mercado internacional e a arroba do boi está com preço muito ruim no Brasil.

“Os produtores de milho e soja, por causa da seca, acumularam dívidas para os próximos dois ou três anos e uma parte das dívidas estão vencendo agora no mês de março com os preços extremamente defasados no caso da soja. A cobrança não vai resolver o problema de caixa do governo e é um duro golpe nas contas dos produtores”, diz Rosa.

Marcos da Rosa observa que houve mudança de entendimento por parte do STF, que em decisão anterior havia considerado inconstitucional a cobrança da contribuição em julgamento de uma ação que envolvia o frigorífico Mataboi. Ele lembra que existem várias liminares de associações e de produtores isentando os produtores da cobrança.

Por causa deste passivo que acaba de ser criado, o dirigente sugere ao governo que crie um programa de refinanciamento similar ao Refis para permitir aos produtores o pagamento destas dívidas. “Temos um grande passivo que é impagável e como nos tornamos ilegais por não termos recolhido o Funrural nos



SF/17708.76368-90

Página: 3/4 11/04/2017 19:07:29

eeb5ecbc46b1f7c0befd8df7c554632297f9b74







**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

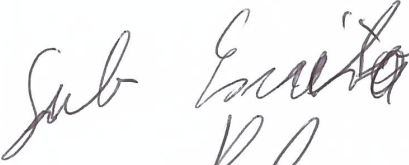
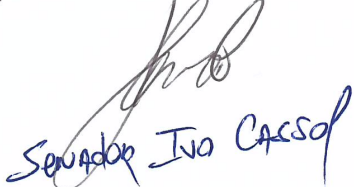
anos que se passaram, só com um grande programa de refinanciamento do governo federal é que vamos poder quitar esta dívida”, diz ele.

A tributação atualmente em vigor, prevista no art.25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, ameniza a situação dos empregadores rurais com muitos empregados, mas sobrecarrega aqueles que exercem a atividade em regime de economia familiar ou com o auxílio de poucos prestadores de serviços.

Tendo em vista todos esses fatos, faz-se necessário que a questão seja debatida em audiência pública o mais rapidamente possível. É importante destacar que se trata de assunto fundamental para o desenvolvimento do agronegócio; setor que contribui, de forma essencial, para o crescimento econômico e desenvolvimento de nosso país.

Sala da Comissão, 12 de abril de 2017.

  
**Senador Ronaldo Caiado**  
(DEM - GO)

  
  
Substituto  
Senador Ivo Cassol



SF/17708:76368-90

Página: 4/4 11/04/2017 19:07:29

eeb5ecbc46bfb7c0befd8df7c554632297f9b74

